



Diálogos

ISSN 2177-2940



A crise do Beagle revisitada, 1978: um estudo com fontes (diplomáticas) brasileiras.

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i2.57763>

Carlos Federico Domínguez Avila

 <https://orcid.org/0000-0003-2377-276X>

Universidade de Brasília (UNB), Brasília-DF, BR

E-mail: carlos.dominguez.avila@gmail.com

Virgílio Caixeta Arraes

 <https://orcid.org/0000-0002-6646-1788>

Universidade de Brasília (UNB), Brasília-DF, BR

E-mail: arraes@unb.br

The Beagle crisis revisited, 1978: A study with Brazilian (diplomatic) sources.

Abstract: In December 1978, a militarized interstate dispute almost provoked a war between Chile and Argentina. The motivation of this divergence was, fundamentally, the possession of some small islands and their corresponding maritime projection in the southern end of the American continent – that is, the maritime boundaries, as well as the so-called principle of the Atlantic-Pacific division between both countries. The most dramatic moment of the conflict happened between 12 and 22 December. And only the providential intervention of a third party, in this case Pope John Paulo II, prevented a major tragedy in the Southern Cone. In this context, this paper proposes to explore Brazilian perceptions, interpretations and initiatives directly linked to the Chilean-Argentinian crisis. The article is the result of research in the history of international relations. Primary sources and documentation were collected in Arquivo Nacional and Arquivo do Ministério das Relações Exteriores; both in Brasília, Federal District.

Key words: International History; International Policy; Foreign Policy Analysis; Argentina; Chile; Brazil.

La crisis del Beagle revisitada, 1978: Un estudio con fuentes (diplomáticas) brasileñas.

Resumen: En diciembre de 1978, una disputa interestatal militarizada casi provocó una guerra entre Chile y Argentina. La principal motivación de esa controversia era, fundamentalmente, la posesión de algunos islotes y su correspondiente proyección marítima en el extremo sur del continente americano – esto es, las fronteras marítimas, bien como el así llamado principio de la división bioceánica Atlántico-Pacífico entre ambos países. El momento más dramático del conflicto aconteció entre el 12 y el 22 de diciembre. Y solamente la providencial intervención de una tercera parte, en este caso del papa Juan Paulo II, evitó una tragedia de grandes proporciones en el Cono Sur. En ese contexto, el presente artículo propone examinar las percepciones, interpretaciones e iniciativas brasileñas directamente vinculadas a la crisis argentino-chilena. El manuscrito es resultado de investigación en historia de las relaciones internacionales. Documentación primaria fue consultada en el Arquivo Nacional y en el Arquivo do Ministério das Relações Exteriores; ambos localizados en Brasília, Distrito Federal.

Palabras clave: Historia de las Relaciones Internacionales; Política Internacional; Análisis de Política Externa; Argentina; Chile; Brasil.

A crise do Beagle revisitada, 1978: Um estudo com fontes (diplomáticas) brasileiras.

Resumo: Em dezembro de 1978, uma disputa interestatal militarizada quase provocou uma guerra entre o Chile e a Argentina. A motivação dessa divergência era, fundamentalmente, a posse de algumas ilhas e sua correspondente projeção marítima no extremo sul do continente americano – isto é, as fronteiras marítimas, bem como o assim chamado princípio da divisão bioceânica Atlântico-Pacífico entre ambos os países. O momento mais dramático do conflito aconteceu entre 12 e 22 de dezembro. E somente a providencial intervenção de uma terceira parte, neste caso do papa João Paulo II, evitou uma tragédia de grandes proporções no Cone Sul. Neste contexto, o presente artigo propõe-se explorar as percepções, interpretações e iniciativas brasileiras diretamente vinculadas à crise argentino-chilena. O manuscrito é resultado de pesquisa em história das relações internacionais. Documentação primária foi

coletada no Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal – e no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores; ambos os arquivos localizados em Brasília, Distrito Federal.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais, Política Internacional, Análise de Política Externa; Argentina; Chile; Brasil.

Recebido em: 10/02/2021

Aprovado em: 03/02/2022

Em 8 de setembro de 1978, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira encaminhou ao presidente Ernesto Geisel um relatório a respeito de uma audiência sua com um emissário especial do Chile, o embaixador Enrique Bernstein Carabantes. Segundo a descrição da entrevista: “O Embaixador [Bernstein] relatou-me minuciosamente os antecedentes da questão do Beagle e explicou-me, frente a mapas, os fundamentos da posição chilena e as diversas alternativas que já foram postas e retiradas da mesa de negociações, por parte dos argentinos.” Acrescentou Azeredo da Silveira que “a posição chilena, por ele explicada, baseia-se na premissa de que o que foi definido ou julgado, pelo laudo arbitral [de 1977], é inegociável (ou seja, traçado do canal do Beagle e soberania sobre as ilhas ao sul desse canal)”; contudo “há possibilidade de negociação em torno da projeção do mar territorial desses territórios sobre o Atlântico.”¹ Reconhecendo a difícil evolução das negociações bilaterais argentino-chilenas, Bernstein teria feito duas solicitações ao chanceler brasileiro:

- a) que o Brasil manifeste aos Governos de Buenos Aires e Santiago sua preocupação ante a possibilidade de um conflito armado entre os dois países;
- b) que o Brasil procure sensibilizar o Governo dos Estados Unidos da América, o qual estaria indiferente à evolução da situação. Mencionou, a propósito, que o Beagle não foi incluído por [James] Carter na enumeração das crises no continente, em discurso recente em que fez referência a outras questões concretas.²

A manifestação de Bernstein a Azeredo da Silveira é assaz importante para compreender e interpretar a formulação e a implementação da política exterior brasileira diante de uma das disputas interestatais militarizadas mais dramáticas na América do Sul no último quartel do século XX (MARES e BERNSTEIN, 1998; MANZANO, 2021; CARRIZO, 2021). Com efeito, entre 12 e 22 de dezembro de 1978, um conflito territorial com antecedentes desde o século XIX, quase derivou em uma guerra entre a Argentina e o Chile, com reflexos sobre os interesses brasileiros no Cone Sul.

Diante disso, o presente artigo trata desta questão sob a perspectiva da análise da política externa brasileira. A pergunta-orientadora é a seguinte: quais foram as principais percepções,

1 Antônio F. Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel, Informação para o Senhor Presidente da República n. 240 (Secreto-Exclusivo), Brasília, 8.9.1978, Acervo do Conselho de Segurança Nacional do Arquivo Nacional – doravante CSN/AN.

2 Idem.

interpretações e iniciativas do governo brasileiro a respeito da crise do Beagle, particularmente durante o período de maior tensão (dezembro de 1978)? A hipótese sugere que a posição básica do governo do general Geisel teria sido a de neutralidade diante das partes em confronto, porém, de forma discreta, o Itamaraty teria trabalhado com vistas a evitar a eclosão de uma confrontação bélica.

O artigo é resultado de pesquisa com fontes primárias consultadas em Brasília no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – doravante AMRE – e no Arquivo Nacional – especificamente na Coordenação Regional do Arquivo Nacional, doravante CSN/AN. Ao todo, foram consideradas aproximadamente três centenas de documentos catalogados como secretos, confidenciais ou ostensivos. Trata-se de documentação fundamentalmente de natureza diplomática – ainda que também fossem auscultados ofícios de funcionários do Conselho de Segurança Nacional-CSN e do Serviço Nacional de Informações-SNI. Após o correspondente processo de desclassificação, a documentação utilizada neste artigo está à disposição do público e de pesquisadores interessados no problema-objeto.

Em termos teóricos e metodológicos, a pesquisa insere-se nos estudos de segurança internacional. Também é importante reconhecer a influência dos estudos e pesquisas em história das relações internacionais – especialmente em sua vertente francesa (DUROSELLE, 2000). Observe-se que o conceito de crise utilizado alude ao seu sentido estrito, isto é, uma emergência suprema ou uma passagem dramática em um período breve e delimitado. Sendo que esta poderia evoluir para o conflito armado – uma guerra no sentido clausewitziano do termo – ou conduzir a uma resolução negociada da desinteligência. Neste sentido, o artigo inspira-se em duas obras significativas: *Essence of Decision* de Graham T. Allison e Philip Zelikow (1999) e *Os Sonâmbulos* de Christopher Clark (2014).

Cumprir acrescentar que os autores deste artigo estão cientes do debate historiográfico e metodológico acerca da suposta imparcialidade das fontes e dos arquivos. Assim, acompanham-se, aqui, as preocupações de numerosos autores que alertam sobre a necessidade de estar sempre vigilantes diante das peculiaridades da pesquisa com fontes documentais – neste caso, fontes diplomáticas. O historiador Mario Rufer (2018) é bastante eloquente nesse ponto. Ele delibera de forma bem fundamentada e consistente acerca da lógica institucional inerente aos arquivos públicos e dos riscos que isso pode vir a representar para os pesquisadores. Dessa arte, é importante destacar que as fontes consultadas nesta pesquisa foram objeto de uma persistente crítica documental – interna e externa. Dito isso, entende-se que as fontes diplomáticas ora citadas são válidas e apropriadas para uma pesquisa acadêmica como a proposta, mesmo que originalmente tinham uma lógica burocrático-institucional – isto é, diplomática – bastante clara e marcante no sentido

weberiano do termo.

Entre a força do argumento e o argumento da força: Videla e Pinochet no labirinto

Em 12 de dezembro de 1978, o chanceler argentino Carlos Washington Pastor recebeu em Buenos Aires seu homólogo chileno Hernán Cubillos para reunião urgente a respeito da situação da delimitação da fronteira marítima no extremo sul do continente. Após o fracasso das negociações nas comissões nomeadas pelos governos de Jorge Rafael Videla e de Augusto Pinochet entre fevereiro e novembro desse mesmo ano, o encontro Pastor-Cubillos desenvolveu-se em um tenso momento das relações argentino-chilenas, em função da centenária controvérsia do Beagle (VALENZUELA e GARCÍA, 2008).

O canal do Beagle é uma via marítima que liga o Atlântico e o Pacífico, no vértice do Cone Sul. A controvérsia argentino-chilena que derivou na crise do Beagle em dezembro de 1978 respondia à posse de territórios e à delimitação de fronteiras marítimas. Nevralgia era a projeção marítima derivada da posse das ilhas Picton, Nueva e Lennox, localizadas na saída oriental do canal do Beagle. Sob perspectiva geopolítica e jurídica, e, em ausência de tratado entre as duas partes, a posse daquelas ilhas – particularmente a de Nueva, a mais oriental delas – poderia acabar convalidando a projeção marítima chilena para o Atlântico sul bem como fortalecer as reivindicações do mesmo país na Antártica. Tal possibilidade de projeção marítima chilena no Atlântico sul e na Antártica foi sistemática e peremptoriamente rejeitada pela Argentina desde fins do século XIX (ESCUDE e FONTANA, 1998).

Entre 1881 e 1893, foram assinados tratados de limites entre a Argentina e o Chile na região austral do continente. Ainda que implicitamente as três ilhas acima citadas tivessem sido consideradas chilenas, inclusive por mapas oficiais argentinos da época,³ também foi determinada a existência de um princípio de divisão bioceânica exclusiva no sentido de que o Chile seria litorâneo no Pacífico, ao passo que a Argentina seria ribeirinha no Atlântico – este princípio também seria válido na entrada oriental do estreito de Magalhães, localizado ao norte do canal do Beagle e da Ilha Grande da Terra do Fogo. “[A] soberania de cada Estado sobre o litoral respectivo é absoluta, de maneira que o Chile não pode pretender ponto algum, para o Atlântico, como a República Argentina não pode pretender para o Pacífico”, afirma-se no artigo 2º do Protocolo Adicional e Esclarecedor do Tratado de Limites de 1893.

Seja como for, a posse efetiva chilena de quase todas as ilhas, ilhotas e penedos localizados ao sul do canal de Beagle até o cabo de Horn continuou a gerar numerosos incidentes militares e diplomáticos entre dois países que compartilham uma das fronteiras terrestres mais extensas do

3 “Os mapas sobre Beagle”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12.11.1978, p. 26.

mundo, com 5 mil quilômetros – a terceira maior do planeta. Os incidentes eram geralmente provocados por tentativas argentinas de exercer presença direta nas ilhas do Beagle com o intuito de convalidar juridicamente o princípio da divisão bioceânica, além de usufruir dos recursos naturais naquela região. Como consequência, o conflito do Beagle era parte das controvérsias fronteiriças existentes entre países da América do Sul (MARES e BERNSTEIN, 1998; CARRIZO, 2021).

É pertinente destacar que a documentação diplomática utilizada neste manuscrito aponta que estas controvérsias entre países vizinhos e o diferendo do Beagle, em particular, foram objeto de monitoramento pelo Brasil. Observe-se que isso respondia à defesa dos interesses brasileiros no continente e também ao resguardo e promoção de uma cultura de convivência pacífica e cooperativa existente entre os países da região (SANTOS, 2016). Assim, por exemplo, em 6 de maio de 1977, isto é, quatro dias após a entrega de um laudo arbitral da Coroa britânica redigido a pedido dos governos da Argentina e do Chile em 1971, instrumento que – entre outras determinações – acabou confirmando a posse chilena das três ilhas do Beagle, Azeredo da Silveira informou a Geisel o seguinte:

O Governo do Chile, segundo asseguraram fontes altamente responsáveis ao Embaixador do Brasil em Santiago, encontrar-se-ia determinado a acolher o Laudo arbitral, que lhe foi favorável, com o máximo de discrição, evitando manifestações de regozijo.

O Governo argentino, entretanto, divulgou, ainda no dia 2 do corrente, um Comunicado do seguinte teor: “A sentença emitida pela Corte Arbitral e ratificada pelo Governo Britânico, está atualmente em estudo da Chancelaria Argentina [...] ao mesmo tempo mantém o princípio de que nenhum compromisso obriga a cumprir o que afeta interesses vitais da Nação ou que prejudique direitos de soberania que não tenham sido expressamente submetidos à decisão de um árbitro por ambas as Partes.”

[...] Preocuparia em especial, ao Governo de Buenos Aires o fato de que o Chile, mercê da sentença favorável, venha a estender sua jurisdição, pelo regime das 200 milhas, a áreas do Oceano Atlântico, o que contraria o espírito dos dois Atos celebrados nas duas últimas décadas do século XIX, acima referidos. Em meios chilenos, porém, alega-se que o preceito do artigo 2º supra-mencionado [princípio da divisão bioceânica], que teve em vista resolver a questão das pretensões chilenas à Patagônia, somente se aplicaria à região ao norte do Paralelo 52, onde os dois países são limitados pela Cordilheira dos Andes.⁴

Nos meses subsequentes, as relações entre as ditaduras comandadas por Jorge Rafael Videla e Augusto Pinochet Ugarte esfriaram-se vertiginosamente.⁵ Até então parceiros na repressão conjunta e coordenada de opositores – eis a operação Condor –, os governos de Buenos Aires e Santiago passaram a adotar uma retórica demagógica, nacionalista e belicosa, especialmente entre

4 Antônio Francisco Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel, Informação para o Senhor Presidente da República n. 100 (Confidencial), Brasília, 6.5.1977, CSN/AN.

5 Raul Cenzi ao Ministério das Relações Exteriores – doravante MRE – Telegrama 974 (confidencial-urgente), Santiago, 13.12.1977, AMRE.

os setores de linha-dura presentes nas marinhas de guerra de ambos países, comandadas respectivamente pelos almirantes Emílio Massera e José Toribio Merino. Acontece que para estes comandantes a questão do Beagle era, essencialmente, um assunto a ser tratado pela sua força.⁶ Paradoxalmente, durante o evento, as posturas pessoais de Videla e de Pinochet seriam relativamente moderadas e até construtivas, em comparação a outros atores envolvidos na evolução do problema-objeto (RUSSELL, 1988; MUÑOZ, 1986).⁷

Logo após a declaração argentina de nulidade do laudo arbitral britânico, Videla e Pinochet se reuniram em 20 de fevereiro de 1978, na cidade chilena de Puerto Montt, para negociar diretamente e obter assim um novo mecanismo de resolução pacífica da questão.⁸ Esse mecanismo vigoraria até 2 de novembro do mesmo ano, porém sem alcançar o resultado almejado, em face da intransigência entre as partes, principalmente no tocante ao destino do princípio da divisão bioceânica, assunto vital para a Argentina, e também o relacionado à projeção marítima decorrente da posse das ilhas do Beagle.⁹ No interim, uma análise interna do Itamaraty ponderava sobre isso nos seguintes termos:

No embate de posições assumidas pelas duas partes, tem-se observado um desejo da Argentina de negociar em linha caracterizadamente política, englobando todo o complexo das relações bilaterais, inclusive a chamada área do “martelo”, correspondente àquela sobre a qual incidiu a decisão arbitral a respeito do canal do Beagle, declarada nula por Buenos Aires. O governo argentino, quanto a um aspecto crucial da questão austral, isto é, o limite entre os oceanos Pacífico e Atlântico, defende que o mesmo se estabeleça mediante um meridiano a partir do cabo Horn. O Chile tem insistido em entendimentos num contexto estritamente jurídico, apoiando-se, em particular nos termos dos tratados assinados, na sentença arbitral e nos princípios do direito internacional. Nesse sentido, além de considerar o litígio sobre o canal do Beagle matéria resolvida não mais sujeita à discussão, as autoridades daquele país só têm manifestado disposição para negociar quanto à delimitação dos espaços marítimos, da plataforma continental e dos fundos marinhos, não aceitando ceder qualquer parte dos territórios insulares sobre os quais alegam soberania. Sem tanta insistência quanto à Argentina, altas esferas do governo têm defendido, no que toca ao limite Atlântico-Pacífico, que o mesmo ocorra no denominado “arco antilhano”, prolongamento natural da Cordilheira dos Andes no mar austral.¹⁰

A documentação consultada sugere que a oferta da Argentina no processo negociador era o reconhecimento completo do laudo arbitral britânico, desde que o Chile aceitasse a projeção de somente 12 milhas náuticas a partir da costa oriental da ilha Nueva. Em contrapartida, alicerçados

6 Cortes ao MRE, Telegrama 58 (Confidencial-urgente), Buenos Aires, 5.1.1978, AMRE.

7 Cláudio ao MRE, Telegrama 189 (Confidencial-urgente), Buenos Aires, 18.1.1978, AMRE.

8 “Chile y Argentina se comprometen a resolver sus problemas fronterizos”, *El País*, Madri, 21.2.1978. Disponível em: https://elpais.com/diario/1978/02/21/internacional/256863615_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

9 “Nem um único tiro”, *Veja*, n. 511, 8.11.1978, p. 36-38.

10 MRE, “Controvérsia Argentino-Chilena sobre o Canal do Beagle e os Limites Austrais”, Ofício interno *mimeo* (Confidencial), Brasília, sem data [circa setembro de 1978], AMRE.

numa melhor fundamentação jurídica, os chilenos exigiam uma projeção máxima de sua fronteira marítima – isto é, mais de um milhão de quilômetros quadrados de mar territorial na chamada passagem de Drake – questão fortemente impulsionada pelos setores mais duros do governo, especialmente da Armada.¹¹ Houve, no interlúdio, convocação de reservistas, mobilização de tropas ao longo da extensa fronteira comum, exercícios de defesa civil,¹² persistente e demagógica propaganda nacionalista, reformas institucionais e ministeriais,¹³ repatriação de chilenos procedentes da Argentina, bem como busca de interlocutores internacionais para mediar uma saída ao impasse (VILLAR, 2014b).¹⁴

Neste contexto, a reunião Pastor-Cubillos em 12 de dezembro de 1978 se erigiu em uma urgente tentativa de recompor as negociações, a fim de evitar um conflito armado iminente, que poderia acabar sendo desastroso para os dois países – especialmente para o Chile, na hipótese provável de ter que lutar também contra o Peru e a Bolívia, em função de controvérsias territoriais preexistentes na sua fronteira norte (LACOSTE e JIMÉNEZ, 2016).

O encontro Pastor-Cubillos tinha grandes possibilidades de ser bem sucedido. Em geral, as partes tinham aceitado previamente a nomeação de um mediador com credibilidade internacional para ajudar na resolução da controvérsia.¹⁵ Além do papa João Paulo II – entronizado em outubro do mesmo ano –, cogitaram-se o rei Juan Carlos I da Espanha ou o presidente Jimmy Carter. Todavia, o governo do Chile teria considerado propor como mediador o presidente brasileiro Ernesto Geisel.¹⁶ Por fim, os chanceleres concordaram com o nome do Sumo Pontífice, inclusive pela forte presença católica em ambos os países e pelas gestões em favor da paz realizadas pelas autoridades episcopais locais; além do trabalho dos representantes vaticanos em ambas as capitais, em especial pelo Núncio apostólico na Argentina (LAUDY, 2000; GIACONE, 2013; SOUZA, 2008).¹⁷ No entanto, a expectativa positiva inicial malogrou quando Buenos Aires solicitou que a futura mediação papal fosse precedida do reconhecimento explícito do princípio de divisão bioceânica. Segundo uma fonte brasileira:

A Argentina exigiu que, antes de o caso ser levado ao mediador, alguns princípios deveriam ser estabelecidos. O principal deles: o papa poderia decidir a questão como bem quisesse desde que respeitasse o princípio de que cada um dos países mantivesse sua soberania sobre apenas um dos oceanos. Ou seja: o Pacífico [...] deveria

11 “Concluyen sin acuerdo las negociaciones entre Argentina y Chile sobre Beagle”, *El País*, Madri, 4.11.1978.

Disponível em: https://elpais.com/diario/1978/11/04/internacional/278982015_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

12 “‘El Apagón’”, *Veja*, n. 530, 1.11.1978, p. 37.

13 “Prova de força”, *Veja*, n. 531, 15.11.1978, p. 43-44.

14 “Reaberto diálogo em Beagle”, *Correio Braziliense*, Brasília, 19.11.1978, p. 17.

15 “Argentina reafirma que mediação é possível”, *Jornal de Brasília*, Brasília, 16.11.1978, p. 10.

16 Rubens Ricupero ao Secretário-Geral do MRE, Memorando DAA/131 (Secreto-urgentíssimo), Brasília, 16.12.1978, AMRE.

17 “Argentina disse aceita proposta chilena”, *Correio Braziliense*, Brasília, 10.11.1978, p. 7.

continuar sendo o mar chileno e o Atlântico, o argentino – questão de honra, para Buenos Aires, desde o início das negociações. No entanto, o Chile, que no caso de ficar com as três ilhas em disputa em Beagle estenderia seu mar territorial ao Atlântico, considerou essa exigência uma “intolerável limitação na ação do mediador” – e as negociações estacaram.¹⁸

O fracasso do encontro Pastor-Cubillos gerado pela negativa chilena em concordar com a precondição argentina ao mediador abriu período crítico nas relações bilaterais.¹⁹ Segundo o comunicado argentino, divulgado em 13 de dezembro:

Durante o transcurso da reunião, a República do Chile aceitou a proposta argentina de que o mediador fosse a Santa Sé [...] Contudo, nas conversações não se lograram coincidências sobre o alcance da mediação que ia ser solicitada em razão de que o Governo do Chile manteve a esse respeito posições que se apartaram do marco de referência fixados por ambos os países nas notas intercambiadas a partir de 2 de novembro [...] Isso não significa que se tenham terminado os procedimentos tendentes a fazer efetiva a mediação.²⁰

As fontes consultadas sugerem que o próprio Videla, mesmo reconhecendo a superioridade militar do país e a relevância do tema para o povo e o Estado argentino, não era entusiasta da denominada operação Soberania. Observe-se que o planejamento da operação Soberania para a retomada das ilhas ao sul do canal do Beagle tinha sido herdada pela segunda junta militar de governo, vigente a partir do dia 15 de setembro de 1978.²¹ Seu ceticismo parecia relacionar-se com a eventual acusação de agressor pela comunidade internacional, com o impacto desse conflito na economia local e com sua aparente adesão ao ideal *sanmartiniano* – isto é, de amizade e cooperação com o Chile e com outros países andinos, libertados pelos exércitos comandados pelo general José de San Martín na Guerra de Independência contra a Espanha, no início do século XIX. Todavia, Videla também tinha o receio de acabar sendo derrubado pela linha dura do regime burocrático-autoritário argentino na disputa interna de poder após o hipotético início da guerra (CANELO, 2008; CORBACHO, 2003; NOVARO e PALERMO, 2007).

18 “Dedos nos gatilhos”, *Veja*, n. 537, 20.12.1978, p. 37.

19 “Fracaso de la ‘cumbre’ argentino-chilena”, *El País*, Madrid, 14.12.1978. Disponível em: https://elpais.com/diario/1978/12/14/internacional/282438009_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

20 “Comunicado do Governo Argentino”, Buenos Aires, 13.12.1978, AMRE.

21 Em 15 de setembro de 1978, a primeira junta militar argentina findou suas atividades. Mesmo que Videla continuasse exercendo o cargo de presidente da República, teve que abdicar da comandância do Exército, em favor do general Roberto Eduardo Viola. Outrossim, pelo mesmo motivo o almirante Emílio Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti foram substituídos de seus cargos pelo almirante Armando Lambruschini e pelo brigadeiro Omar Graffigna, na comandância da Armada e da Força Aérea, respectivamente. Em consequência, novas autoridades passaram a formar parte da denominada segunda junta militar de governo. Neste sentido, a operação Soberania inicialmente planejada sob coordenação de Massera e seu entorno de assessoramento tinha sido, efetivamente, herdada pela segunda junta militar de governo, vigente durante a crise do Beagle (CANELO, 2008).

Em contrapartida, a firmeza ou intransigência do regime pinochetista com relação à questão do Beagle evidentemente alicerçava-se nas recentes vitórias jurídicas, especialmente no laudo arbitral de 1977 que, mesmo denunciado pelos argentinos, continuava válido para o Chile e para a comunidade internacional (MUÑOZ, 1986; MENDOZA, 2004). Ao mesmo tempo, a embaixada brasileira em Santiago apontou em várias ocasiões que Pinochet, mesmo ciente de uma guerra com até três vizinhos simultaneamente – Argentina, Bolívia e Peru – parecia usufruir do sentimento de unidade nacional, compartilhado até pela oposição do país. O ex-presidente Eduardo Frei, por exemplo, publicou mensagem com o seguinte teor: “Ninguém ignora a nossa categórica oposição ao regime atual, porém neste caso estão comprometidos os interesses e legítimos direitos de nossa Pátria.”²²

Manter a unidade nacional pela posse do Beagle era urgente para a ditadura pinochetista em vista do isolamento diplomático aprofundado pelo assassinio do ex-chanceler Orlando Letelier, dos conflitos trabalhistas piorados pelas reformas neoliberais e das acusações de abusos aos direitos humanos. Nesse difícil contexto doméstico e internacional, a interlocução gerada pela controvérsia do Beagle com outras potências – em especial, com os Estados Unidos – aparentemente permitiria reduzir críticas ao regime (VILLAR, 2014a). Como quer que seja, depois do fracasso do encontro Pastor-Cubillos, a hipótese de guerra contra o poderoso vizinho transandino era plausível e provável. De acordo com o relato de Bernstein, já aludido no início do artigo:

Não exclui o Chile que o Governo de Buenos Aires, sem outra saída após o rechaço do laudo arbitral, tente ocupar pela força uma ou mais ilhas ao sul do Canal do Beagle [...] Nessa eventualidade, as guarnições chilenas dessas ilhas resistiriam, mas seriam vencidas pelo poder de fogo da Marinha argentina; a Armada chilena se envolveria no conflito; a situação evoluiria para enfrentamento generalizado, com núcleo possivelmente na região de Mendoza, na direção de Santiago.²³

Infer-se do exposto que uma iniciativa bélica argentina – mesmo circunscrita à região austral – delineava-se como iminente. Além do conflito bilateral, os governos de La Paz e de Lima também poderiam atacar o Chile por divergências territoriais herdadas desde a época da chamada Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883. Na perspectiva de Brasília, fazia-se mister interceder em favor da boa convivência e da cooperação continental (SANTOS, 2016).

Pensando no impensável: A Nota do governo brasileiro de 14 de dezembro em perspectiva

Em 14 de dezembro de 1978, o Itamaraty, após ciência do fracasso do encontro Pastor-

22 MRE a Embaixadas brasileiras, Minuta de telegrama 11355, Brasília, 28.12.1978, AMRE.

23 Antônio F. Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel, Informação para o Senhor Presidente da República n. 240 (Secreto-Exclusivo), Brasília, 8.9.1978, CSN/AN.

Cubillos, entregou notas verbais aos representantes da Argentina e do Chile em Brasília, relativas à preocupação do governo de Ernesto Geisel com a questão do Beagle. Na oportunidade, em função da gravidade da crise entre as partes e da iminência de uma guerra na região austral do continente, o chanceler Francisco Azeredo da Silveira considerou apropriado tornar público o teor do referido documento. Desde o encontro entre ele e o embaixador chileno Bernstein – citada na Introdução deste artigo –, cogitava-se isso, conforme demonstra a consulta do chanceler brasileiro a Geisel em 8 de setembro: “Acredito, portanto, que devemos nos preservar até então e só emitir um pronunciamento oficial – que poderia revestir-se da forma de uma nota à imprensa – em face de um fato ou acontecimento de gravidade.”²⁴ Assim, em sua parte resolutiva o comunicado pondera o seguinte:

o Governo brasileiro vê com preocupação a gravidade da situação por que passam as relações entre os dois países irmãos e vizinhos [...] Faz, em consequência, o Governo brasileiro um veemente apelo aos Governos da Argentina e do Chile no sentido de que prossigam em seus entendimentos, guiados pelo firme desejo de chegar a soluções harmoniosas e de manter a paz da grande família das Nações americanas.²⁵

A divulgação desse comunicado foi decerto uma das iniciativas de diplomacia pública mais marcantes da fase mais crítica da controvérsia do Beagle – isto é, entre 12 e 22 de dezembro de 1978. Em contraste com o hermetismo anterior do Itamaraty, a análise desse documento atesta a preocupação e até a disponibilidade de agir em favor de uma resolução pacífica da questão. Vale acrescentar que na literatura especializada geralmente pondera-se que, nesse momento, o tema do Beagle tinha deixado de ser considerado simplesmente como um conflito, vez que se tornava uma crise de segurança internacional com perigo real e iminente de guerra.²⁶ Portanto, o apelo brasileiro era pertinente, sensato e oportuno. Ademais, o comunicado também atendia à solicitação do embaixador Bernstein, quando da reunião com Azeredo da Silveira, em setembro de 1978.

Acrescente-se que pedidos do Chile ao Brasil com conteúdo similar ao de Bernstein continuariam sendo feitos em outros momentos até a assinatura e ratificação do tratado de paz e amizade argentino-chileno de 1984 (LAUDY, 2000). Tratar-se-ia de uma forma elegante de procurar manter o compromisso brasileiro com o complexo processo negociador de limites na região austral da América do Sul. Outrossim, para Santiago, parecia ser importante garantir, no mínimo, a aquiescência de Brasília na gestão da crise. Lembre-se de que a ditadura pinochetista

24 Antônio F. Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel, Informação para o Senhor Presidente da República n. 240 (Secreto-Exclusivo; folha substitutiva número 4), Brasília, 8.9.1978, CSN/AN.

25 “Notas verbais entregues pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Dário Moreira de Castro Alves, ao Embaixador da Argentina e ao Encarregado de Negócios da Embaixada do Chile, em 14 de dezembro de 1978”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 19 (outubro-dezembro), 1978, p.119-120.

26 “A visão imediata que Brasília tem de Beagle”, *Correio Braziliense*, Brasília, 10.11.1978, p. 9.

estava bastante isolada. Os sistemáticos abusos aos direitos humanos desde o golpe de setembro de 1973 – e em especial o atentado contra Orlando Letelier, em Washington, em 1976, um ato terrorista que tinha esfriado ostensivamente a relação do governo de Santiago com Washington – adjetivaram Pinochet como pária no sistema internacional (MUÑOZ, 1986).

Destarte, a questão do Beagle limitava muito a cooperação do Chile com países vizinhos. Na prática, suas reivindicações só tinham alguma repercussão no Brasil, Paraguai, Equador e talvez Colômbia. Todavia, na época dos fatos Brasília era importante para Santiago pela venda de armamentos, haja vista o embargo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental imposto ao governo de Santiago, principalmente após 1976 (DOMÍNGUEZ, 2022). Algo similar ocorria com importações de outros bens industrializados brasileiros, especialmente automotores. Note-se que essas importações automotoras coincidiram em duas oportunidades com a proibição argentina de transporte por via terrestre de ônibus e de chassis de caminhões com destino ao Chile, sob o argumento de que se tratava de possível reforço das capacidades militares chilenas em face do conflito do Beagle (SANTOS, 2016).

Destarte, sob a perspectiva da estratégia dissuasória do regime pinochetista, o Brasil de Geisel erigia-se como ator significativo. Como potência sul-americana, o Brasil era um dos poucos países com capacidade real de atuar no conflito do Beagle, fosse em termos bilaterais ou multilaterais. Nesse diapasão, a documentação consultada permite apreciar um persistente esforço das autoridades chilenas de dinamizar e de elevar o patamar da relação com o Brasil. Esse esforço de angariar compreensão, aquiescência, e até apoio diplomático manifestou-se através da visita recíproca de autoridades civis e militares, com uma predisposição para cooperar com os incipientes programas antártico e nuclear do Brasil, e com frequentes consultas bilaterais.

Sob a perspectiva das relações brasileiro-argentinas, a Nota de 14 de dezembro poderia ser interpretada como um apoio ao presidente Videla e colaboradores mais próximos – dentre eles, o comandante do exército Roberto Eduardo Viola e o chanceler Carlos Washington Pastor. Como já mencionado, os três representavam a moderação e o pragmatismo nas negociações com os chilenos (CORBACHO, 2003). O assunto era assaz urgente devido à grande pressão do polo belicista e linha-dura enquistado nas forças armadas argentinas, representado pelos generais Luciano Benjamín Menéndez, Guillermo Suárez Mason e José Antonio Vaquero; e na Marinha, destacava-se o almirante Armando Lambruschini (CANELO, 2008).

Observe-se que o referido polo entendia que a imposição de “atos possessórios” – isto é, a invasão e recuperação das ilhas do Beagle – era necessário para garantir a manutenção do princípio da divisão bioceânica (ESCUDE e FONTANA, 1998). Ao mesmo tempo, a resolução *manu militari* da questão parecia ser adequada para erradicar da agenda político-social o tema da severa repressão

ou da “guerra suja” executada no país desde o golpe de 1976 – isto é, o terrorismo de Estado, ocasionador da morte de cerca de 15 mil nacionais. Em suma, uma eventual “guerra limpa” contra o Chile poderia resguardar a soberania nacional na região e também recompor o prestígio e a imagem pública das forças armadas, após anos de torturas, sequestros e assassinios (NOVARO e PALERMO, 2007; RUSSELL, 1988).

A Nota de 14 de dezembro de 1978 coincidiu com um período difícil nas relações brasileiro-argentinas. A construção do projeto brasileiro-paraguaio da usina de Itaipu num rio internacional – o Paraná – de curso sucessivo de grande relevância econômica e social para a Argentina gerava divergências entre os governos de Buenos Aires e Brasília. De fato, para analistas argentinos, a questão de Itaipu com o Brasil lembrava os diferendos do país com o Chile (Beagle) e com o Reino Unido (Malvinas/Falkland). Nesse contexto, o surpreendente anúncio brasileiro em novembro de 1978 – bem no meio da controvérsia argentino-chilena – sobre a inclusão de duas turbinas adicionais às dezoito previstas em Itaipu foi considerado como uma virtual ação oportunista, em um momento em que a atenção do governo de Buenos Aires se concentrava no diferendo austral. Agora sabemos que as divergências bilaterais brasileiro-argentinas continuaram até a assinatura do acordo tripartite Itaipu-Corpus, em outubro de 1979.

Em retrospectiva, é evidente que a Nota de 14 de dezembro de 1978 foi relevante, oportuna e construtiva por confirmar a pertinência de uma política de neutralidade e equidistância diante das partes em conflito.²⁷ Igualmente, esse documento se erigiu em estímulo positivo para os atores inclinados ao diálogo e à expectativa de resolução pacífica da controvérsia. Nessa linha, tratar-se-ia de favorecer o polo pragmático e moderado existente ao interior dos governos de Videla e de Pinochet.

A Nota de 14 de dezembro também representava um aviso para o polo belicista e linha-dura da burocracia civil e militar argentina. Difícilmente, o governo do Brasil aceitaria a mudança das fronteiras sul-americanas pela força. A cultura diplomática regional era contrária às guerras – em especial, às de conquista territorial. Por consequência, é um documento que compartilhava a preocupação da comunidade internacional diante da crise do Beagle e da iminência de confronto. A Nota também demonstrava afinidade com documentos divulgados por outros atores estatais e não estatais no mundo.

Por fim, assinale-se que a declaração de neutralidade e o convite para insistir na negociação argentino-chilena com vistas à solução pacífica da controvérsia do Beagle foram bem recebidos pelos meios de comunicação brasileiros. No marco da abertura “lenta, gradual e segura” impulsionada por Geisel, a estratégia político-diplomática do pragmatismo responsável executada

27 “A posição do Brasil: neutralidade”, *Veja*, n. 511, 8.11.1978, p. 36-37.

pelo chanceler Azeredo da Silveira era reconhecida até pela oposição doméstica (LIMA, 2018).

Guerra e paz na região austral: A internacionalização da crise

Na madrugada de 19 de dezembro de 1978, o almirante José Toribio Merino, chefe da Armada, encaminhou ao almirante Raúl López, chefe da esquadra na região austral do Chile, o aviso seguinte: “Preparar-se para iniciar ações de guerra ao amanhecer. Agressão iminente. Boa sorte.” Horas depois, Merino encaminhou a López outro aviso ainda mais categórico: “Atacar e destruir qualquer buque inimigo que se encontre em águas territoriais chilenas.” Os avisos de Merino a López, especialmente a segundo, implicavam o início imediato de operações contra a operação Soberania da frota argentina, que já se aproximava das ilhas do Beagle. Mantida a trajetória das armadas, o primeiro disparo de mísseis antinavios – *Exocet* franceses, utilizado pelas duas armadas – seria efetuado no entardecer desse mesmo dia.²⁸

Sabe-se agora que o aguardado choque naval foi adiado em face das condições meteorológicas na zona de operações, as quais favoreciam os fuzileiros navais chilenos entrincheirados havia meses nas ilhas do Beagle. Observe-se também que a estratégia diplomática e militar do Chile era dissuasória. Pretendia-se de início resistir à invasão dos argentinos, a fim de apresentá-los nos foros internacionais como os únicos agressores na querela. Todavia, a depender das circunstâncias, contra-ataques chilenos à Ilha Grande de Terra do Fogo e ao extremo norte da fronteira chileno-argentina poderiam ser feitos com o fito de conquistar território argentino – isso poderia ser empregado em um armistício ou em negociações de devolução de áreas ocupadas. Já em caso de guerra total – inclusive contra peruanos e bolivianos –, o alto comando militar chileno propunha uma confrontação convencional. Na hipótese de um resultado adverso no conflito convencional, o alto comando chileno aparentemente estava preparado para implementar uma estratégia de conflito popular prolongado ou guerrilhas. A despeito do alto custo humano e material de um conflito infundável, porta-vozes do governo de Santiago argumentaram, quer na época dos fatos, quer após a crise, que seria recusada categoricamente quaisquer possibilidade de rendição diante de um adversário numericamente superior (MUÑOZ, 1986).

Isso posto, é importante recalcar que a crise do Beagle se aproximou rapidamente do ponto mais tenso e decisivo, principalmente após a confirmação do início da navegação de um importante comboio de desembarque da marinha argentina, no extremo sul do continente. Malgrado a motivação, marinheiros e fuzileiros navais argentinos prontamente reconheceram que as condições meteorológicas na região eram efetivamente adversas. Tal situação meteorológica poderia provocar

28 “El año que vivimos en peligro”, *Revista Capital*, Santiago, 15.9.2008. Disponível em: <https://www.capital.cl/el-ano-que-vivimos-en-peligro/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

uma inesperada derrota militar para os atacantes. Acrescente-se que a denominada operação Soberania propunha a imposição de “atos possessórios” nas ilhas do Beagle e outras até o cabo de Horns, com o intuito de reiniciar as negociações com Santiago, mas a partir de uma posição de força – observe-se que uma inferência semelhante acabaria sendo futuramente impulsionada pelo governo de Leopoldo Galtieri, no caso nas Malvinas/Falkland, em abril de 1982. Nessa linha, tratar-se-ia de um conflito circunscrito geograficamente. Em caso de reação vigorosa do Chile, operações militares seriam realizadas em outras regiões da fronteira comum, particularmente nas áreas de Porto Montt, Santiago e Patagônia chilena. Mais de 200 mil soldados, aviadores e marinheiros argentinos poderiam ser convocados para participar na que seria a maior operação militar no continente americano desde a crise dos mísseis soviéticos em Cuba (CORBACHO, 2003; ALLISON e ZELIKOW, 1999).

No meio do possível choque armado de argentinos e chilenos, a sociedade internacional reagiu em favor de uma resolução pacífica da questão (LAUDY, 2000; LACOSTE, 2004). Saliente-se que mesmo desde antes da fracassada reunião Pastor-Cubillos, em 12 de dezembro de 1978, o conflito do Beagle tinha uma crescente dimensão internacional, ao incluir o laudo arbitral britânico, o virtual embargo de material militar aos contendores e os apelos e manifestações a favor da paz e da negociação de parte de terceiros atores com vínculo e interesses no problema-objeto – inclusive do governo brasileiro. Nesse diapasão, no mesmo dia do encontro Pastor-Cubillos, a delegação dos Estados Unidos encaminhou ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) a seguinte mensagem:

Meu Governo tem acompanhado com crescente preocupação a escalção de tensões entre a Argentina e o Chile, que levaram a intensificada preparação militar por ambas nações. [...] Nesse sentido, solicito que Vossa Excelência empreenda consultas imediatas com os Representantes Permanentes da Argentina e do Chile com vistas a determinar como a Organização dos Estados Americanos poderia melhor assistir seus países, seja no contexto do artigo 84 da Carta [que reivindica uma “solução pacífica das controvérsias” no continente] ou seja por outros meios que eles considerem aceitáveis.²⁹

Nos dias subsequentes, o foro hemisférico, que abrangia a OEA e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca-TIAR, teve mais relevância no tratamento da crise do Beagle, em especial desde a perspectiva do lado chileno. Lembre-se que o artigo 28 da Carta da OEA e o artigo 6 do TIAR demandavam a defesa coletiva e o auxílio contra o agressor que desrespeitasse a soberania ou a integridade territorial dos países da região. Assim, em 21 de dezembro, o Chile solicitou a

29 Gale McGee a Fabian Alexis Redhead, Nota de 12 de Dezembro de 1978 enviada ao Presidente do Conselho Permanente pelo Representante Permanente dos Estados Unidos referente à situação fronteiriça entre Argentina e Chile, CP/INF.1382/78, Washington, 12.12.1978, AMRE.

ativação do TIAR, ao citar os dois dispositivos jurídicos e mencionar que “se achava em posse de informações absolutamente seguras de que o próprio almirante [Armando] Lambruschini afirmara não poder assegurar absoluto controle sobre o comportamento de seus subordinados na região austral.”³⁰

Simultaneamente, o embaixador chileno em Brasília Fernando Zegers comentou ao chefe do Departamento das Américas do Itamaraty, João Hermes Pereira de Araújo, em 22 de dezembro, que o pedido de ativação do TIAR fundamentou-se na negativa argentina de continuar a negociar: “A rejeição da proposta chilena significava, na opinião de seu Governo, a predominância dos pontos de vista dos setores mais duros do Governo argentino e indicava que restariam poucas esperanças de solução pacífica do diferendo.” Na mesma ocasião, segundo relato de Araújo a seus superiores: “O Embaixador Zegers transmitiu o pedido do Governo chileno de apoio [brasileiro] tanto a sua iniciativa na OEA quanto à ação desenvolvida no momento pela Santa Sé.”³¹ Com efeito, a queixa chilena na OEA antecipou por algumas horas a divulgação da oferta papal de mediação no caso do Beagle e do aceite da mesma pelos governos de Santiago e de Buenos Aires. Destarte, na reunião de urgência do Conselho Permanente da OEA, em 22 de dezembro, acabaria prevalecendo uma tendência favorável ao adiamento de uma decisão definitiva relativa ao TIAR até a constatação dos resultados da mediação papal.

Ao longo dos onze dias da crise do Beagle, isto é, entre 12 e 22 de dezembro de 1978, percebeu-se que a diplomacia argentina tentou impulsionar uma estratégia orientada a angariar o apoio de outros atores com interesses no caso. A simpatia com a Argentina era especialmente considerável nos governos da Bolívia e do Peru, em razão das controvérsias destes países com o Chile, por causa da Guerra do Pacífico, vigente entre 1879 e 1883 (LACOSTE e JIMÉNEZ, 2016). Contudo, fora os vizinhos da fronteira norte chilena, a gestão diplomática argentina se deparou com ceticismo e repulsa junto à maioria das demais chancelarias do continente bem como em foros multilaterais. A antijurídica declaração de nulidade do laudo britânico foi considerada bizarra, desafortunada e contraposta ao respeito dos tratados, à credibilidade dos governos e ao direito internacional, em geral. Outrossim, era bem evidente que, mesmo no contexto da promoção do princípio da divisão bioceânica – assunto relevante para o governo de Buenos Aires – a atribuição pelo início das hostilidades e pela agressão no marco geral da operação Soberania acabaria nas costas do general Jorge Rafael Videla. Destarte, em 21 de dezembro de 1978, possivelmente o dia mais crítico da disputa territorial do Beagle, Azeredo da Silveira comentou na imprensa brasileira o

30 MRE a Embaixadas brasileiras, Minuta de Telegrama 11339, Brasília, 23.12.1978, AMRE.

31 João Hermes Pereira de Araújo ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Memorando DAA/134 (Secreto), Brasília, 22.12.1978, AMRE.

seguinte:

Nós não temos, felizmente, nenhum interesse brasileiro a defender no caso [do Beagle]. Nossa ação tem que ser de persuasão para uma solução pacífica. Não entramos no exame da matéria substantiva, mas, evidentemente, entendemos que qualquer problema pode ser resolvido por meios pacíficos. Pelo menos esta é a posição brasileira. O drama de uma guerra será algo de que nenhum se beneficiará. E as sequelas e as cicatrizes e os traumatismos criarão uma nova realidade na América do Sul. Espero que isto não aconteça. [...] A única coisa que poderia acontecer, se houvesse conflito, seria a Organização dos Estados Americanos discutir os meios de aproximar os dois países. Mas tenho esperança de que não chegamos a esse ponto. Há muita preparação, é verdade, e compreendo que possa ocorrer até mesmo um acidente, coisas que podem acontecer, que são fortuitas até. Mas acho que, basicamente, o problema pode ser resolvido com entendimento.³²

Nesse diapasão, e em contraste com a opção hemisférica de Santiago, o governo de Buenos Aires privilegiou durante o crítico período de 12 a 22 de dezembro de 1978 o foro global, ou seja, o Conselho de Segurança da ONU. Naquele período, a diplomacia argentina enviou três notas ao presidente daquele conselho, com a visão de que a eventual invasão das ilhas não deveria ser interpretada como agressão contra paz e segurança internacional. Na primeira dessas notas, de 15 de dezembro, a Argentina denunciou que uma:

situação de tensão tem sido criada pela falta de resposta adequada de parte do Governo chileno aos múltiplos esforços realizados pelo Governo argentino para solucionar mediante a negociação o diferendo sobre a delimitação definitiva das jurisdições que correspondem a cada país na zona austral do continente americano, região de vital importância para as comunicações marítimas entre dois grandes oceanos e para a segurança internacional.³³

Pouco depois, em 21 de dezembro, o país enviou a segunda nota, às vésperas da imposição dos “atos possessórios” na região austral. Nela, afirmava-se que o “Chile efetuou uma série de atos ilegais que alteram o *status quo* da área cuja delimitação está pendente e rompem o equilíbrio de segurança da zona em litígio.” Os atos ilegais em questão abarcavam a formação de destacamentos militares para resistir à invasão argentina. Continua a nota, “tais medidas do Governo chileno são inteiramente ilegais e fazem presumir a sua intenção de criar situações de fato que prejudiquem o desenvolvimento das negociações e prejudquem seus resultados.”³⁴

32 “Política externa: comentários do chanceler. Trechos da entrevista coletiva concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, à imprensa brasileira em 21 de dezembro de 1978”, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 19 (outubro-dezembro de 1978), p. 93.

33 Enrique J. Ros a barão Rüdiger von Wechmar, Carta do Representante Permanente da República Argentina ao Presidente do Conselho de Segurança da ONU, SG 353 (2.1.41a), N.Y., 15.12.1978, AMRE.

34 Enrique J. Ros a barão Rüdiger von Wechmar, Carta do Representante Permanente da República Argentina ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, n. 200/78/713, N.Y., 21 de dezembro de 1978, AMRE.

Registre-se que as duas notas pareciam indicar que os territórios insulares ao sul do Beagle até o cabo de Horn ainda estavam em litígio, ao ignorar o laudo arbitral britânico. Nessa linha, os eventuais “atos possessórios” argentinos pretendiam em tese evitar a suspensão da controvérsia com situação favorável ao Chile. Ao mesmo tempo, a opção preferencial dos argentinos pelo sistema onusiano parecia aproveitar-se da péssima imagem do regime pinochetista nesse foro, devido aos abusos aos direitos humanos desde o golpe de setembro de 1973. Ainda que o governo Videla tivesse sido também condenado pelo mesmo motivo, as relações do país com os principais membros do Conselho de Segurança – inclusive com a União Soviética e a China – eram um tanto melhores.

Assim, a Argentina tinha superioridade militar, mas inferioridade jurídica, constatação que aparentemente atormentava o general Videla e sua assessoria, em vista da eventual acusação de agressão e de isolamento do país no continente e no mundo. Por isso que, durante todo o segundo semestre de 1978, o governo argentino negociou com o Chile e buscou outros interlocutores, a fim de obter saída pacífica com Santiago, desde que Pinochet concordasse com o princípio da divisão bioceânica. Na empreitada, Videla encontrou apoio do episcopado argentino e da nunciatura vaticana em Buenos Aires (NOVARO e PALERMO, 2007).

A convergência entre Videla e a hierarquia católica argentina – em especial, com o arcebispo de Córdoba, Raúl Francisco Primatesta – no tocante à conveniência de ter uma solução negociada para o conflito do Beagle desencadeou um diálogo intenso do governo de Buenos Aires com os papas Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II. Em contraste com as conflituosas relações existentes entre o regime pinochetista e a hierarquia católica chilena, Videla e o episcopado argentino concordaram em trabalhar em favor de uma solução pacífica para o conflito com o Chile. A conexão vaticana também era importante para reforçar a moderada e até construtiva posição de Videla no seio do regime burocrático-autoritário e nas tensas relações do mandatário com o polo belicoso e de linha-dura no concernente ao diferendo do Beagle.³⁵ A esse respeito o embaixador chileno em Brasília teria ponderado a interlocutores do Itamaraty que, segundo a diplomacia dos Estados Unidos em Buenos Aires, “a posição do Presidente Videla apresentar-se-ia firme a curto prazo, mas duvidosa a médio, dando a entender que o prestígio do Presidente argentino se acharia ligado à solução da questão com o Chile.”³⁶

No crítico contexto de 12 a 22 de dezembro de 1978, a rapidez da mediação vaticana assumiu a maior urgência. Após o fracasso do encontro Pastor-Cubillos, somente uma imediata intervenção do papa João Paulo II poderia contribuir para reverter os preparativos da operação

35 “Torneio de ameaças”, *Veja*, n. 538, 27.12.1978, p. 25-26.

36 João Hermes Pereira de Araújo ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Memorando DAA/133 (Secreto), Brasília, 21.12.1978, AMRE.

Soberania (SOUZA, 2008; GIACONE, 2013). A esse respeito, em 16 de dezembro, o embaixador argentino em Brasília, Oscar Camilión, disse ao Secretário-Geral do MRE, Dário Castro Alves, que: “O Cardeal de Córdoba, Primatesta, fez uma visita ao Papa numa missão do Presidente Videla e obteve de Sua Santidade a manifestação ‘de boa disposição de mediar, mas que preferia esperar que as cabeças se esfriassem.’”³⁷

Destarte, em 21 de dezembro, o arcebispo Agostino Casaroli convidou os embaixadores da Argentina e do Chile junto à Santa Sé e comunicou formalmente a oferta do envio de um representante de alto nível – isto é, um primeiro passo para a implementação da mediação papal no conflito do Beagle (MANZANO, 2021). A providencial oferta para o início de uma missão de paz foi revelada no entardecer do mesmo dia e aceita por Santiago, primeiro, e depois em Buenos Aires. O conteúdo da terceira nota argentina ao Conselho de Segurança da ONU, de 22 de dezembro, foi redigida precisamente para informar do aceite oficial do governo ao oferecimento vaticano. A esse respeito, no mesmo dia, a embaixada brasileira na Santa Sé informou ao Ministério das Relações Exteriores o seguinte:

No curso da tradicional Audiência em que os cardeais e monsenhores da Cúria romana apresentam ao Santo Padre seus votos de felicidades nas festas natalinas, Sua Santidade pronunciou, hoje, dia 22, mensagem cujos pontos principais são, sem dúvida, a referência ao problema argentino-chileno em relação ao canal de Beagle e às ilhas – Lennox, Picton e Nueva – que o delimitam na sua costa atlântica e a confirmação de sua viagem ao México. Na ocasião, a respeito do litígio no Beagle, João Paulo II anunciou que, no dia de ontem, 21 do corrente, “diante das notícias cada vez mais alarmantes sobre o agravamento e sobre a possível, ou ser, como muitos temem, a iminente precipitação da situação, dei conhecimento às partes de minha disposição – ou melhor, do meu desejo – de enviar às duas capitais um meu representante especial, para mais diretas e concretas informações sobre as respectivas posições e para examinar e procurar em conjunto a possibilidade de honorável composição pacífica do problema”. Prosseguiu o Pontífice, “da aceitação de tal proposta de parte de ambos os Governos, com expressões de gratidão e de confiança que não só me confortam como me fazem sentir ainda maior a responsabilidade que tal atitude comporta, mas da qual a Santa Sé pensa não poder eximir-se, como todas as duas partes sublinham a urgência de uma tal intercessão – *intervento*, em italiano – a Santa Sé a isso procederá com toda a possível solicitude.” João Paulo II, a seguir, renovou seu apelo aos responsáveis, no sentido de que sejam evitadas medidas que poderiam implicar consequências imprevisíveis – “ou também muito previsíveis” –, danos e sofrimentos nas populações dos dois países.³⁸

Ainda que não tenha sido possível constatar na documentação resgatada alguma iniciativa brasileira junto à Santa Sé para apoiar a mediação, foi, sim, possível corroborar consultas de

37 Dário M. de Castro Alves ao Ministro das Relações Exteriores, Memorando SG/359 (Confidencial), Brasília, 16.12.1978, AMRE.

38 MRE a Embaixadas brasileiras, Minuta de Telegrama 11345, Brasília, 23.12.1978, AMRE.

autoridades brasileiras com interlocutores de terceiros países com interesses na controvérsia do Beagle. Ainda que por razões de espaço não seja possível examinar essa documentação diplomática, é possível verificar contatos correlacionados à gestão da crise do Beagle com governos de terceiros países, em especial dos Estados Unidos, de países latino-americanos e de nações europeu-ocidentais. Em todas elas, era frequente a aspiração brasileira de encontrar uma saída negociada para o conflito. Eis o que poderia ser considerado como a visão do Brasil sobre a questão.

Considerações finais

O aceite argentino e chileno da mediação papal em 22 de dezembro de 1978 evitou, *in extremis*, o início de uma conflagração no Cone Sul. Ainda que uma análise da paradigmática presença pontifícia no caso do Beagle exceda o arco do presente artigo, sublinhe-se que esta iniciativa ocasionaria em 1985 a ratificação do Tratado de Paz e Amizade entre Argentina e Chile (SOUZA, 2008; GIACONE, 2013). Em termos operacionais, a mediação vaticana começou em 26 de dezembro com a chegada do cardeal Antonio Samorè a Buenos Aires.³⁹ Nos dias subsequentes, Samorè conversou diretamente com Videla e Pinochet. Embora o resultado final tenha sido positivo, é necessário salientar que as negociações foram bem difíceis, em vista da desconfiança recíproca entre as partes.⁴⁰ Sobre isso, em 29 de dezembro, o embaixador brasileiro em Santiago informou à chancelaria em Brasília o seguinte:

Não há dúvida de que a missão do delegado papal está permanentemente ameaçada. De um lado, pelas limitações políticas dos governos litigantes e, de outro, pela eclosão de algum incidente capaz de fazer contraírem-se os dedos que, dos dois lados da fronteira, estão pousados nos gatilhos. Seria decerto uma guerra insensata, em que as perdas de ambas as partes superariam amplamente os questionabilíssimos, imponderabilíssimos ganhos eventuais. Não se pode dizer, contudo, que a esta altura a eclosão de uma guerra seria ilógica: depois de tanta preparação para a guerra, o mais lógico pareceria guerrear.⁴¹

Ex-post-facto, o próprio Samorè declarou que sua principal tarefa consistiu em “recriar um ambiente de mútua confiança, através da Santa Sé.”⁴² O assunto é marcante, já que os preparativos militares e as tratativas diplomáticas de ambos os países – além das iniciativas militares do Peru – continuaram, conforme informou em 28 de dezembro Fernando Zegers a João Hermes Pereira de Araújo. Segundo o chileno, “caso não surtisse efeito a missão ora levada a cabo pelo representante

39 “Un cardenal intransigente y conservador será mediador entre Argentina y Chile”, *El País*, Madri, 24.12.1978.

Disponível em: https://elpais.com/diario/1978/12/24/internacional/283302013_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

40 “Uns passinhos”, *Veja*, n. 540, 10.1.1979, p. 42-43.

41 De Vincenzi ao MRE, Telegrama 1489 (Confidencial), Santiago, 29.12.1978, AMRE.

42 “Argentina y Chile han renunciado a la fuerza en el conflicto de Beagle”, *El País*, Madri, 26.1.1978. Disponível em: https://elpais.com/diario/1979/01/11/internacional/284857220_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

da Santa Sé, seu Governo voltaria a agir imediatamente na OEA, retomando a iniciativa da convocação da Reunião de Consulta.” Para ele, era “inegável ter a presença do representante do Santo Padre em Buenos Aires, e agora em Santiago, tido repercussão muito positiva, inclusive sob o aspecto psicológico.” Mesmo no contexto de recomposição da confiança mútua entre Buenos Aires e Santiago, Zegers teria alertado que “o grande temor de seu país [...] prende-se ao fato de inexistir na Argentina uma autoridade de prestígio indiscutível, o que torna sobremodo difícil a aceitação definitiva de quaisquer eventuais entendimentos.”⁴³ Todavia, em uma visita posterior sua ao Itamaraty, ele teria opinado que a “aceitação da mediação do Cardeal Samorè pelo Governo argentino poderia estar na dependência de uma postura de apoio às gestões do enviado papal por parte dos Estados Unidos, do Brasil e do episcopado argentino.”⁴⁴ Evidente que o embaixador chileno buscava maior engajamento do Brasil no processo de mediação do Vaticano.

Sabe-se que Samorè foi bem sucedido nas tratativas iniciais da negociação, ao recuperar a confiança entre as partes em conflito. Cumpre destacar que, sob a perspectiva brasileira, a mediação papal para o conflito do Beagle foi uma excelente alternativa, haja vista a esse respeito: a) a preservação da tradição diplomática regional, alicerçada no direito internacional, inclusive a observância dos tratados e recusa de reconhecimento de territórios conquistados à força; b) a imposição de um limite à excessiva influência argentina no Cone Sul e nos Andes, especialmente nos governos de Lima e La Paz; c) o prestígio e a eficácia dos foros multilaterais, e d) a continuidade do processo de abertura política com a confirmação da sucessão presidencial em 1979.

Assim, em 8 de janeiro de 1979, após duas semanas de intensa gestão diplomática, os chanceleres Pastor e Cubillos e o representante papal concordaram em assinar em Montevidéu dois documentos: no primeiro, as partes solicitaram formalmente a mediação papal para o conflito do Beagle e, no segundo, elas acordaram formalizar um pacto de não-agressão. Ou seja, os governos de Buenos Aires e Santiago teriam concordado em abdicar da ameaça do uso da força, no retorno das forças militares às suas bases, e no restabelecimento da situação de 1977. Assim, desarmar-se-iam os espíritos durante a fase da mediação papal (ALLES, 2011).⁴⁵ A esse respeito, a embaixada brasileira em Buenos Aires informou ao Itamaraty:

A já esperada reunião dos chanceleres da Argentina e do Chile com o emissário papal, cardeal Samorè, realizou-se afinal na tarde de hoje em Montevidéu, o que comprova que a missão Samorè teve frutos apreciáveis e, havendo rompido o impasse decorrente do último encontro bilateral daqueles dois chanceleres,

43 João Hermes Pereira de Araújo ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Memorando DAA/137 (Secreto), Brasília, 28.12.1978, AMRE.

44 Rubens Ricupero ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Memorando DAA/01 (Secreto), Brasília, 3.1.1979, AMRE.

45 “A paz do cardeal”, *Veja*, n. 541, 17.1.1979, p.41-42.

deve ter aberto real caminho para a superação da controvérsia austral. É difícil ainda prever-se o que vai sair (ou terá saído) dessa reunião tripartite em Montevidéu, mas sua simples realização conduz a grandes expectativas. Seu fruto pode ser um princípio de acordo que enseje a curto prazo a solução final ou talvez a efetiva mediação papal, cujo êxito estaria assegurado de antemão. De qualquer forma, já se diz que com a tripartite em Montevidéu a controvérsia fica 95 por cento resolvida.⁴⁶

Ainda a respeito do encontro tripartite Samorè-Pastor-Cubillos, o embaixador brasileiro em Montevidéu informou a Azeredo da Silveira o seguinte: “O chanceler do Chile, quando o cumprimentei, após a cerimônia da assinatura das duas declarações sobre o diferendo argentino-chileno pediu-me, muito enfaticamente, que fizesse chegar a Vossa Excelência seus agradecimentos pela contribuição para chegar ao feliz resultado de hoje.”⁴⁷ E em entrevista no seu retorno a Roma, o cardeal Samorè afirmou:

O resultado mais importante é que os dois países, após esta gestão, estão de acordo em pedir ao Santo Padre que atue como mediador. Argentina e Chile têm se comprometido a lhe proporcionar todos os elementos do diferendo e a extrair disto umas consequências lógicas e necessárias, isto é, a renúncia da força, um retorno gradual à normalidade e a evitar medidas que possam ferir ou estorvar as relações de ambos os países.⁴⁸

A participação do Vaticano, através de João Paulo II, na questão foi delicada, porque se tratava de duas ditaduras militares, com desgastes internos significativos, em face do desrespeito aos direitos humanos, com prisões arbitrárias, torturas e homicídios, desigualdade social e turbulências econômicas. Destarte, a atuação papal desenrolou-se da seguinte maneira:

A princípio, solicitou o acompanhamento do caso por parte de seus núncios – Pio Laghi e Ângelo Sodano, futuro Secretário de Estado. Posteriormente, enviaria o Cardeal Dom Antônio Samorè para exercer os bons ofícios em seu nome. Arrefecida a tensão militar, haveria espaço para novas negociações que seriam encerradas em novembro de 1984 com um acordo entre os dois países, cuja assinatura ocorreria no próprio Vaticano com o Secretário de Estado, Dom Agostino Casaroli, de testemunha.⁴⁹

Em 25 de janeiro de 1979, às vésperas de uma histórica viagem ao México, João Paulo II aceitou publicamente o pedido de mediação, que culminaria de forma bem sucedida com a ratificação, em 1985, do Tratado de Paz e Amizade Argentino-Chileno, vigente até hoje em dia. Saliente-se que o referido documento ratifica a posse chilena das ilhas do Beagle e o princípio de

46 MRE a Embaixadas brasileiras, Minuta de Telegrama 11390, Brasília, 8.1.1979, AMRE.

47 MRE a Embaixadas brasileiras, Minuta de Telegrama 11401 (Confidencial), Brasília, 10.1.1979, AMRE.

48 “Argentina y Chile han renunciado a la fuerza en el conflicto de Beagle”, *El País*, Madri, 26.1.1978. Disponível em: https://elpais.com/diario/1979/01/11/internacional/284857220_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

49 Arraes, Virgílio. “A política externa de João Paulo II”. *Meridiano* 47. n.56, 2005, p.7

divisão bioceânica.⁵⁰

Em retrospectiva, a crise do Beagle, entre 12 e 22 de dezembro de 1978, se erige em acontecimento de singular relevância nos estudos de política e de segurança internacional (DAVID, 2001; DUROSELLE, 2000; PUTNAM, 2010). *Mutatis mutandis*, não parece incorreto comparar a gestão da crise do Beagle com outros acontecimentos similares, como a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, em 1962, ou com a crise de julho de 1914 na Europa (CLARK, 2014; ALLISON e ZELIKOV, 1999). Com efeito, a documentação brasileira sobre a crise do Beagle confirma a existência de uma emergência suprema e o agir dos principais atores do conflito. Outrossim, os documentos permitem inferir a evolução das percepções, interpretações e iniciativas do governo brasileiro diante do confronto na região austral do continente.

De volta à pergunta-orientadora e à hipótese apresentadas na introdução do artigo, a evidência documental e sua correspondente análise interpretativa parecem corroborar e confirmar a última. Isto é, a de que Geisel e Azeredo da Silveira impulsionaram uma política essencialmente construtiva, pragmática e consequente em favor da paz. Nesse sentido, a Nota brasileira e outras ações – públicas e privadas – foram recebidas favoravelmente pelos principais atores em conflito, inclusive em Washington e no Vaticano. As iniciativas brasileiras também foram bem recebidas em Santiago e, paradoxalmente, em Buenos Aires, onde Videla vivia em persistente confronto com o polo belicoso e linha-dura encabeçado pelos generais Luciano Benjamín Menéndez, Guillermo Suárez Mason e José Antonio Vaquero (CANELO, 2008).

Referências

- ALLES, Santiago. “De la Crisis del Beagle al Acta de Montevideo de 1979: El establecimiento de la Mediación en un ‘juego en dos niveles.’” *Estudios Internacionales*, Santiago, v. 44, n. 169, p. 79-117, 2011.
- ALLISON, Graham, ZELIKOV, Philip. *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. 2ª ed. Nova York: Longman, 1999.
- ARRAES, Virgílio. “A política externa de João Paulo II.” *Meridiano 47*, Brasília, v. 6 n. 56, p. 4-8, 2005.
- BRICEÑO, Claudio. “La frontera chilena-argentina: la controversia por el canal del Beagle.” *Tiempo y espacio*, Caracas, v. 24, n. 62, p. 221-261, 2014.
- CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto: la interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires:

50 “Argentina y Chile firman en el Vaticano el compromiso que pone fin a su disputa histórica sobre el canal Beagle”, *El País*, Madri, 19.10.1984. Disponível em:

https://elpais.com/diario/1984/10/19/internacional/466988407_850215.html. Acesso em: 7 fev. 2022.

Prometeo Libros Editorial, 2008.

CARRIZO, Gabriel. “¿Sabe una cosa don Videla?” Construcción de consenso, acción cívica y nacionalismo territorial en la revista Cono Sur, 1978-1982.” *Páginas*, Rosario, v. 13, n. 31, p. 1-23.

CLARK, Christopher. *Os Sonâmbulos. Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CORBACHO, Alejandro Luis. “Predicting the Probability of War During Brinkmanship Crises: The Beagle and the Malvinas conflicts.” *CEMA Working Paper*, Buenos Aires, n. 244, 2003.

Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1016843. Acesso em 7 fev. 2022.

DAVID, Charles-Philippe. *A guerra e a paz. Abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia*. Lisboa: Piaget, 2001.

DOMÍNGUEZ, Carlos. “Armamento brasileiro para o Chile, 1974-1979: geopolítica, negócios, e cooperação técnico-militar.” *Atenea*, no prelo, 2022.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Brasília: EdUnB e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ESCUDE, Carlos, FONTANA, Andrés. “Las políticas de seguridad de Argentina: su lógica y contexto regional”. In: DOMÍNGUEZ, Jorge (ed.) *Seguridad internacional, paz y democracia en el Cono Sur*. Santiago: Flacso e Washington: Diálogo Interamericano, 1998, p. 81-123.

GIACONE, Tiago V. “As divisões do Papa: como a Santa Sé conseguiu evitar uma guerra no Cone Sul (1978-1984).” Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LACOSTE, Pablo, JIMÉNEZ, Diego. “El enclaustramiento de Bolivia y el factor Argentina.” *Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos*, Santiago, v. XVI, n. 1, p. 119-145, 2016.

LACOSTE, Pablo. “La disputa por el Beagle y el papel de los actores no estatales argentinos.” *Universum*. Talca, v. 19, n. 1, p. 86-109, 2004.

LAUDY, Mark. *The Vatican Mediation of the Beagle Channel Dispute: Crisis Interventions and Forum Building*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

LIMA, Sérgio Moreira. *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.

MANZANO, Karen. “La disputa por el canal del Beagle y sus consecuencias geopolíticas para la zona austral-antártica.” *Revista Científica General José María Córdova*, Bogotá, v. 19, n. 35, p. 799-815, 2021.

MARES, David, STEVE Bernstein. “El uso de la fuerza en las relaciones interestatales de América Latina.” In: DOMÍNGUEZ, Jorge (ed.) *Seguridad internacional, paz y democracia en el Cono Sur*.

Santiago: Flacso e Washington: Diálogo Interamericano, 1998, p. 49-79.

MENDOZA, Juan. “El tratado de paz y amistad de 1984, la cooperación militar y los problemas limítrofes entre Chile y Argentina.” *Universum*, Talca, v. 19, n. 1, p. 110-121, 2004.

MUÑOZ, Heraldo. *Las Relaciones Exteriores del Gobierno Militar Chileno*. Santiago: Prospel-Cerc e Las Ediciones del Ornitorrinco, 1986.

NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983*. São Paulo: EDUSP, 2007.

PUTNAM, Robert D. “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis.” *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

RUFER, Mario. “El archivo, la fuente, la evidencia: De la extracción a la ruptura pós-colonial.” In: MENESES, Maria Paula, BIDASECA, Karina (eds.). *Epistemologías del Sur, Epistemologias do Sul*. Buenos Aires: Clacso e Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, 2018, pp. 85-110

RUSSELL, Roberto. “Argentina y la política exterior del régimen autoritario (1976-1983): una evaluación preliminar.” In: PERINA, Rubén, RUSSELL, Roberto (eds.). *Argentina en el mundo (1973-1987)*. Buenos Aires: GEL, 1988, p. 99-128.

SANTOS, Eduardo dos. *Entre o Beagle e as Malvinas. Conflito e diplomacia na América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2016.

SOUZA, Caetano Salmo de. *A mediação da Santa Sé na questão do Canal de Beagle*. São Paulo: Manole, 2008.

VALENZUELA, Renato, GARCÍA, Fernando. “A treinta años de la crisis del Beagle: Desarrollo de un modelo de negociación en la resolución del conflicto.” *Revista Política y Estrategia*, Santiago, n. 111, p. 29-70, 2008.

VILLAR, Andrés. “El desconocido papel de Estados Unidos en la crisis del Canal del Beagle.” *Estudios Internacionales*, Santiago, v. 46, n. 178, p. 35-64, 2014a.

VILLAR, Andrés. “The Beagle Channel frontier dispute between Argentina and Chile: Converging domestic and international conflicts.” *International Relations*, Aberystwyth, v. 28, n. 2, p. 207-227, 2014b.